

A globalização econômica como fator de exclusão social*

*Economic globalization as a factor of social
exclusion*

R esumo

O texto analisa as principais transformações econômicas que marcaram o final do século XX, caracterizando esse processo como uma etapa de aprofundamento do processo de globalização. Além disso, são destacados os elos entre esse fenômeno e a expansão das desigualdades e da exclusão social. Conclui-se que a globalização econômica é um importante vetor de exclusão social para os países da periferia do sistema capitalista.

Palavras-chave: economia, globalização, exclusão social.

A bstract

The present study analyzes the main economic transformations taking place at the end of the twentieth century, characterizing them as a stage in the development of the globalization process. The connections between globalization and the expansion of social inequalities and exclusion are highlighted. Economic globalization is found to be an important vector of social exclusion for those countries on the periphery of the capitalist system.

Key words: economy, globalization, social exclusion.

Lauro Mattei

Doutor em Economia pelo Instituto de Economia da UNICAMP.

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas da UFSC.

* Este texto é uma versão ligeiramente modificada do ensaio preparado para o concurso de Professor Adjunto do Departamento de Serviço Social da UFSC, realizado em 2002, conforme edital nº 027/DRH/2001.

Introdução

No final do século XX se ampliou um conjunto de mudanças estruturais do sistema capitalista, que teve maior ímpeto a partir da década de 1970, quando acordos econômicos do período do pós-guerra foram rompidos unilateralmente pelos Estados Unidos¹. Naquele momento, o sistema de câmbio fixo cedeu lugar à flutuação das principais moedas internacionais e os controles de capitais cederam lugar à liberalização dos mercados financeiros, o que provocou enormes impactos sobre o sistema monetário e financeiro internacional.

Com isso, a economia mundial entrou em uma nova fase, muito embora esse processo de mudanças não seja um fato novo no sistema capitalista. Convém apenas destacar que essas modificações assumiram um caráter distinto em relação às transformações dos períodos anteriores, o que ajudou a aprofundar de maneira espetacular a internacionalização da economia, a qual iniciou com a expansão do comércio de mercadorias e serviços, passou pelo vigoroso crescimento dos empréstimos e financiamentos e, em seguida, ampliou enormemente o deslocamento do capital industrial em escala planetária, através do desenvolvimento das grandes corporações transnacionais.

Essas mudanças ganharam uma forte conotação política-ideológica no início dos anos oitenta do século XX, quando o ideário neoliberal passou a se impor como “modelo único” de organização política das sociedades. Não é por menos que esse modelo político se implantou inicialmente nos dois países (EUA e Inglaterra) que detêm as duas principais praças financeiras mundiais (Nova York e Londres). Deve-se ressaltar, ainda, que esse movimento foi fortemente beneficiado pela derrocada do sistema político-econômico do Leste Europeu (o chamado “socialismo real”)

e pela obscuridade política de organismos multilaterais, como é o caso da ONU, que teve apenas um papel decisivo na manutenção da ordem política internacional logo após o final da Segunda Guerra Mundial.

Assim, mesmo não sendo um fenômeno recente do sistema capitalista, a globalização passou a significar a emergência de uma ordem mundial única que, sob os ditames do sistema capitalista, comanda todos os movimentos mundiais nas esferas da economia, da política, da cultura e da ordem social. Com isso, ela representa um processo de interdependência ascendente entre os povos e países nas suas relações econômicas (produtivas, comerciais, financeiras e tecnológicas), políticas e culturais, tendo o seu comando ancorado nas forças de mercado, as quais buscam criar e consolidar um padrão social global plasmado pelos valores hegemônicos do capital (MATTEI, 1997).

Nessa lógica, o significado do termo “globalização” ganha uma dimensão maior quando as análises não ficam restritas à esfera econômica, muito embora neste campo é possível compreender melhor os resultados desse processo. Portanto, é correta a interpretação de Ianni (1995) quando afirma que são múltiplas as possibilidades abertas ao imaginário científico, filosófico e artístico, quando se descortinam os horizontes da globalização do mundo, envolvendo coisas, pessoas e idéias, interrogações e respostas, explicações e intuições, interpretações e previsões, nostalgias e utopias. Deste modo, o problema da globalização e suas implicações empíricas, históricas e teóricas, podem ser captados de forma inovadora quando refletido a partir de algumas metáforas produzidas por este processo, as quais contemplam as controvérsias sobre modernidade e pós-modernidade, suas possibilidades e seus impasses no novo cenário mundial.

Neste sentido, o objetivo do texto é discutir essas questões à luz do que se convencionou chamar “processo de globalização”. Para tanto, o estu-

do está composto por mais três seções, além dessa introdução. Na primeira seção discute-se as linhas gerais da globalização econômica, destacando as principais características da nova fase da economia mundial. Na segunda seção, busca-se caracterizar a globalização enquanto um dos vetores responsáveis pela expansão das desigualdades e da exclusão social. Finalmente, na terceira seção são apresentadas as considerações gerais, procurando-se destacar algumas das conseqüências mais visíveis sobre os temas do emprego e da pobreza, considerados como fatores decisivos quando se avalia o grau de inclusão e/ou exclusão dos povos no contexto da globalização.

1 Principais características da globalização econômica

A globalização que estamos assistindo no limiar do século XXI é um processo em construção, marcado pela crescente interação entre as esferas econômica, política, social e cultural, tendo a participação decisiva dos meios de comunicação, os quais possibilitam que o mundo, via desenvolvimento tecnológico, permaneça interligado ininterruptamente e de forma extremamente ágil. Nessa perspectiva, o termo “globalização” compreende uma variedade de questões, muitas delas com vínculos imediatos e concretos e outras que se encontram num plano mais abstrato, mas nem por isso menos relevante.

Essa é razão pela qual o presente trabalho procura compreender melhor o fenômeno restringindo-o à esfera da “globalização econômica”, com o intuito de perceber a gama de fatores envolvidos nesta área e seus respectivos efeitos sobre o cotidiano dos povos. Cabe assinalar, desde logo, que essa é apenas uma opção didática, uma vez que as questões relevantes relacionadas ao tema e suas respectivas interfaces estarão sendo consi-

deradas, conforme será explicitado nas seções seguintes.

1.1 Algumas definições de globalização econômica

O conceito de globalização é algo ainda em construção e procura dar conta de uma nova formatação capitalista gerada nas últimas décadas pelo incessante processo de acumulação e internacionalização de capitais. Essa nova formatação econômica envolve aspectos e dimensões tecnológicas, organizacionais, políticas, comerciais e financeiras que se relacionam de maneira dinâmica, gerando uma reorganização espacial das atividades econômicas e uma clara rehierarquização de seus centros decisórios (FIORI, 1995). Em decorrência disso, nota-se uma relocação internacional da atividade produtiva e dos fluxos comerciais e financeiros, que se concentram cada vez mais na tríade econômica mais dinâmica (EUA, Japão e Europa Ocidental).

Essas transformações nas diferentes esferas decorrem, em grande medida, do processo de ajustes das economias capitalistas, ajustes estes adotados como respostas aos choques dos anos setenta e à falência do sistema monetário internacional que emergiu dos acordos de Bretton Woods. Assim, essa política de ajustes² iniciada nos EUA, segundo Conceição Tavares (1993), levou os demais países da OCDE, em particular o Japão e a Alemanha, a formular respostas bem sucedidas de reestruturação industrial, o que provocou mudanças acentuadas na divisão internacional do trabalho. E o que o mundo convencionou chamar de “globalização econômica”, é na realidade aquilo que vai nascendo como resultado desses ajustes do sistema capitalista.

A nova realidade, em termos econômicos, pode ser associada aos seguintes fatores:

- a) à terceira revolução tecnológica, marcada pelo desenvol-

vimento e difusão das inovações nas áreas de informática e de telecomunicações e pela emergência de um novo padrão produtivo e de gestão, tanto nas indústrias como nos serviços;

- b) à adoção de políticas econômicas fortemente influenciadas pela ideologia neoliberal, ou seja, desregulamentação dos mercados, abertura comercial, privatizações, mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, etc.;
- c) ao maior grau de liberdade para a movimentação de capitais, gerando uma crescente interdependência dos mercados financeiros globais e uma busca frenética por altas taxas de rentabilidade num curto período de tempo;
- d) à ampliação dos fluxos de comércio e de informações, inclusive para os mercados anteriormente fechados;
- e) à ampliação da atuação das empresas transnacionais através do deslocamento de plantas industriais e do processo de fusões e aquisições;
- f) à intensificação dos investimentos diretos por parte dos grandes bancos e empresas dos países centrais, levando a uma crescente interpenetração patrimonial do sistema capitalista.

Segundo Coutinho (1995), as mudanças acima configuram uma etapa nova e mais avançada de progresso tecnológico e de acumulação financeira de capital, que pode ser caracterizada como um estágio mais profundo e intenso de internacionalização da vida econômica, social, cultural e política. Por conseguinte, ao se especificar criteriosamente essas transformações, tornou-se possível atribuir conteúdo objetivo ao conceito de “globalização econômica”.

Para Chesnais (1996), está em curso um novo regime mundial de acumulação, cujo funcionamento depende das prioridades do capital privado altamente concentrado e do capital financeiro centralizado, que se mantém sob a forma de dinheiro, obtendo rendimento como tal. Trata-se, então, de um regime rentista que envolve também o capital produtivo e que o autor designa por “mundialização do capital”, ao invés de “globalização”.

Para esse autor,

[...] a mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caracterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicadas desde o início da década de 1980, sob o impulso dos governos Thatcher e Reagan (CHESNAIS, 1996, p. 34).

Essa formulação permitiu ao autor concluir que

[...] o movimento da mundialização é excludente. Com exceção de uns poucos ‘novos países industrializados’, que haviam ultrapassado, antes de 1980, um patamar de desenvolvimento industrial que lhes permite introduzir mudanças na produtividade do trabalho e se manterem competitivos, está em curso um nítido movimento tendente à marginalização dos países em desenvolvimento (CHESNAIS, 1996, p. 33).

1.2 A natureza da globalização econômica

Em função das características do sistema, anteriormente descritas, pode-se assentar a natureza desse processo sob um conjunto de fatores que variam da órbita econômica até a esfera política, onde a globalização assume um caráter ideológico, ao ser fortemente influenciado pelo modelo político do “pensamento único”.

No campo de interesse deste ensaio, considerando uma terminologia de Coutinho (1995), é possível sintetizar a natureza da globalização de acordo com os pontos que seguem:

- a) uma aceleração intensa da mudança tecnológica entre as economias centrais. Esse padrão é caracterizado pela articulação das cadeias de suprimento e de distribuição através de redes que minimizam estoques, desperdícios, períodos de produção e tempo de resposta, o que torna os processos mais rápidos e eficientes;
- b) uma reorganização dos padrões de gestão e de produção de tal forma a combinar os movimentos de globalização e de regionalização. Isto eleva o peso do comércio regional intra-indústria (e também intrafirma), uma vez que os sistemas *just-in-time* e as respostas às demandas específicas dos mercados exigem uma certa proximidade física dos produtores com seus fornecedores e clientes/consumidores;
- c) uma difusão desigual da revolução tecnológica, o que aprofunda os desequilíbrios comerciais e conduz a um policentrismo econômico tripolar (EUA, Japão e Europa Ocidental) que passa a substituir a bipolaridade nuclear-militar do Pós-Guerra, que se esvaziou com a desestruturação da União Soviética;

- d) um significativo aumento do número de oligopólios globais, dos fluxos de capitais e da interpenetração patrimonial dentro da própria tríade dominante. Esses oligopólios, ao mesmo tempo em que elevam a concentração da concorrência internacional, tornam-se poderosos protagonistas mundiais, como é o caso da indústria automobilística, onde menos de 12 empresas praticamente dominam o mercado mundial;
- e) a ausência de um padrão monetário mundial com estabilidade, num contexto de taxas de câmbio flutuantes, estimula o processo de especulação financeira e reduz as possibilidades de prevenção contra as crises sistêmicas.

1.3 Os principais fatores que impulsionam a globalização econômica

No campo restrito da economia, verifica-se que há uma série de fatores, muito deles interligados, responsáveis pela promoção da globalização, merecendo destaque os que seguem:

- a) **reestruturação produtiva e internacionalização da produção:** ao longo das últimas três décadas do século XX ocorreu um forte processo de ajuste estrutural, sobretudo na estrutura industrial dos países desenvolvidos, que implementaram uma estratégia de transformação tecnológica, conhecida como a “terceira revolução industrial” porque se assentou na eletrônica de precisão, na informática e na difusão acelerada de novas técnicas de controle e de informação no interior do processo produtivo. Com isso, ocorreu uma extraordinária elevação da produtividade do trabalho e da qualidade dos produtos, que deram sustentação à expansão mundial de produtos de consumo de massa e, também, de produtos destinados a mercados seletivos.

Deste modo, subverte-se uma forma de produzir do passado que englobava todas as fases de produção de uma determinada mercadoria num mesmo país, tendo o produto como destino prioritário os mercados domésticos ou os mercados internacionais. Hoje grande parte dos produtos, especialmente daqueles mais intensivos em tecnologia, não é mais fabricada apenas em um único país, pois a redução de custos relativos à mobilidade de fatores de produção³ e a busca de economias de escala tornaram-se os imperativos dominantes.

Esse processo está sendo comandado, em grande medida, pela empresas transnacionais⁴, que tiveram uma forte expansão de sua capacidade operativa após o final da Segunda Guerra Mundial. Essas empresas passaram a atuar em escala mundial a partir do momento que foram removidas as barreiras à livre circulação de capitais, o que intensificou o deslocamento de plantas industriais, as fusões, as aquisições e as terceirizações de processos produtivos. Com isso, elas alteram a dinâmica das relações econômicas internacionais, ao aprofundar as diferenças entre os países desenvolvidos e os demais países da periferia do sistema capitalista.

Através de estratégias assentadas no aumento da produtividade e na busca e ampliação dos mercados mundiais, essas empresas multiplicam suas atividades; controlam um volume considerável de recursos financeiros; influenciam a dinâmica do mercado de trabalho; coordenam os investimentos internacionais; exercem fortes influências sobre os governos nacionais e organizam redes de serviços e informações, o que lhes permite determinar a dinâmica do desenvolvimento econômico mundial.

Como conseqüência,

[...] *as empresas transnacionais adquirem proeminência sobre as economias nacionais, pois elas se constituem*

em agentes e produtos da internacionalização do capital. Tanto é assim que as transnacionais redesenham o mapa do mundo, em termos geoeconômicos e geopolíticos muitas vezes bem diferentes daqueles que haviam sido desenhados pelos mais fortes Estados Nacionais. O que já vinha se esboçando no passado, com a emergência dos monopólios, trustes e cartéis, intensifica-se e generaliza-se com as transnacionais que passam a predominar desde o fim da Segunda Guerra Mundial; inicialmente à sombra da Guerra Fria e, em seguida, à sombra da 'nova ordem econômica mundial' (IANNI, 1995, p.46).

b) a globalização financeira: os capitais já não obedecem mais os seus mercados originais, nem tampouco os espaços nacionais, distribuindo-se por diferentes ramos produtivos, mercados financeiros (ações, títulos, financiamentos, derivativos, fundos de pensões, seguradoras, etc.) e regiões do planeta. Com isso, passa a existir uma certa dominância financeira na esfera econômica, a qual se expressa através das formas contemporâneas de administrar e realizar a riqueza do sistema capitalista.

Uma dessas formas ocorre via expansão dos fluxos financeiros internacionais, constituídos, em sua maioria, por capitais voláteis e de curto prazo, o que potencializa bastante os ataques especulativos contra as moedas nacionais, como vimos recentemente na crise financeira que se espalhou pelos continentes Asiático e Latino-Americano. Esse movimento incontrolável do capital global tem levado ao colapso os mecanismos tradicionais de política macroeconômica (políticas monetária e cambial), principalmente nos países que dependem de elevados aportes financeiros mundiais, como foi o caso recente da Argentina.

Deste modo, pode-se dizer que o enorme crescimento do sistema financeiro internacional representa um dos aspectos mais visíveis da globalização econômica, uma vez que nas últimas décadas um volume cada vez maior de capital produtivo foi destinado aos mercados especulativos. Isto só foi possível graças à desregulamentação dos mercados financeiros e aos avanços tecnológicos nos sistemas de informática e telecomunicações, que ampliaram a capacidade dos investidores, permitindo a realização de transações financeiras nos mercados mundiais durante as 24 horas do dia. Com isso, estima-se que atualmente cerca de dois trilhões de dólares circulam pelas principais praças financeiras do mundo em apenas um dia. Ressalta-se que esse valor é superior ao volume das negociações comerciais realizadas no mercado mundial durante um ano⁵.

Assim, a agenda neoliberal, em sua vertente econômica, ao elevar enormemente o grau de autonomia dos mercados financeiros em relação aos bancos centrais e aos organismos oficiais, criou as condições para a expansão de novas formas de intermediação financeira e de estímulo à globalização financeira; processo este que, nas palavras de Belluzzo (1995), pode ser entendido como a generalização e a supremacia dos mercados de capitais em substituição à dominância anterior do sistema de crédito comandada pelos bancos.

c) a liberalização do comércio: as últimas décadas do século XX também foram marcadas por um intenso movimento de liberalização comercial, principalmente nos países "emergentes", processo este que não ocorreu da mesma forma nas economias desenvolvidas. Nesses países, na verdade, procura-se elevar as taxas de exportações como forma de ampliar a participação nos fluxos de investimentos mundiais. Essa é a razão que melhor explica as pressões exercidas sobre as economias mais frágeis durante as negociações comerciais, como foi o caso da "Rodada Uruguai

do GATT" (1986 a 1993) e as recentes definições no âmbito da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Assim, verifica-se que uma das características mais marcantes das negociações comerciais sob a égide da globalização econômica é a forma desigual de participação dos países, o que conduz a um sistema comercial altamente concentrado no pólo das economias desenvolvidas. Isto porque as grandes corporações estruturam suas estratégias de marketing de modo a reforçar suas posições nos mercados regional e internacional. Como resultado, desenhou-se um cenário atual em que cerca de um terço do comércio mundial é realizado entre a matriz e as filiais das grandes corporações transnacionais.

Neste sentido, pode-se dizer que a liberalização comercial tem conduzido a dois movimentos globais distintos. Por um lado, há um acirramento da concorrência entre os países que competem por novos mercados e, por outro, intensifica-se o comércio de bens entre unidades industriais de uma mesma empresa (comércio intrafirma)⁶.

d) reestruturação das empresas: com o impulso do progresso tecnológico, as empresas se reorganizam em três setores básicos: na parte financeira, na parte técnico-produtiva e na parte organizacional. Com isso, transformam-se em verdadeiras "instituições" capazes de dar novos impulsos à dinâmica econômica. Decorre daí a conformação de grandes conglomerados multidepartamentais que operam com economias de escala, reduzindo custos e ampliando a participação nos mercados mundiais.

As estratégias dessas empresas se concentram na organização por linhas de produtos; nas novas fontes de suprimento e na abertura de mercados diferenciados para atender aos distintos tipos de consumidores. Assim, pode-se dizer que elas se transformaram em empresas multissetoriais, multifuncionais e multinacionais e que realizam um rigoroso processo de gestão e de planejamento da produção,

de distribuição e de direcionamento dos investimentos futuros.

e) desenvolvimento de sistemas de cooperação tecnológica: o desenvolvimento de um novo paradigma técnico-produtivo impôs um nível maior de cooperação entre as empresas e entre estas e as instituições de pesquisa científica. Assim, diversos estudos mostram que empresas estão desenvolvendo “estratégias globais de pesquisa” – via implantação de centros de Pesquisas & Desenvolvimento em diferentes países – e redes para implementar programas de inovação, que ultrapassam os espaços nacionais. Além disso, destacam-se os programas governamentais, de alcance regional, envolvendo também a comunidade acadêmica e as representações empresariais, como é o caso de alguns programas que estão sendo desenvolvidos pela União Européia.

Nas duas últimas décadas do século XX diversas evidências empíricas comprovaram que houve um grande aumento no número de acordos de cooperação tecnológica entre empresas e instituições. Porém, algumas características desse processo sobressaem, merecendo ser destacados os seguintes: a concentração desses acordos nos setores de alta tecnologia; a concentração desses acordos nos EUA, Japão e Europa Ocidental; a predominância das grandes companhias transnacionais e a participação quase que marginal de empresas de países menos desenvolvidos, exceção apenas dos “Tigres Asiáticos”.

2 Globalização econômica e exclusão social

Esta seção tem por objetivo discutir os efeitos do processo de globalização econômica sobre alguns setores específicos das sociedades contemporâneas, no sentido de contextualizar a globalização enquanto um elemento potencializador da exclusão social, so-

bretudo nos países da periferia do sistema capitalista. Para tanto, através de informações resultantes das transformações das últimas décadas do século XX, é possível avaliar não somente as tendências do fenômeno na esfera econômica, mas os grandes impactos provocados pelo mesmo na área social.

2.1 Os impactos da globalização sobre o mundo do trabalho

O último quartel do século XX, sob a égide da globalização econômica e do receituário político neoliberal, foi marcado por profundas transformações no mundo do trabalho, as quais foram tão intensas, segundo Antunes (1997), que se pode afirmar que a classe que vive do trabalho sofreu a mais aguda crise do século, atingindo não só a sua materialidade, mas produzindo profundas repercussões na subjetividade e na forma de ser da mesma.

Em parte, esse processo está relacionado ao desenvolvimento tecnológico, uma vez que o mesmo acelera as transformações qualitativas do trabalho (alterações nas qualificações, na organização e na divisão técnica do trabalho) e a própria distribuição setorial do emprego, em função da expansão e/ou declínio das atividades econômicas.

Assim, o conjunto de inovações difundidas nas últimas décadas – que anteriormente denominamos de “terceira revolução tecnológica” – afeta a qualidade do trabalho, destruindo velhas formas de organização e introduzindo novos tipos de articulação entre trabalho e capital. Neste novo cenário é que a questão do emprego e do desemprego passa a ter maior relevância em todo o mundo.

No entanto, a qualidade do mercado de trabalho não é um fator ligado apenas à dinâmica da inovação tecnológica que, embora possa alterar a estrutura, a composição e a qualidade do mercado de trabalho, não determina exclusivamente os seus resultados. Estes também são determinados pelas formas históricas de regulação dos sistemas produtivos e pela distribuição dos ganhos de produtividade das atividades econômicas. Com isso, pode-se dizer que outras variáveis também passam a ser relevantes, como é o caso do crescimento econômico e da própria organização do trabalho ligada às condicionalidades impostas pela nova Divisão Internacional do Trabalho⁷.

Essa nova Divisão do Trabalho, fortemente impulsionada e modificada nas últimas décadas do século XX, foi condicionada, basicamente, pela globalização dos mercados financeiros; pelo ajuste estrutural das economias centrais, que é dinamizado por uma nova revolução tecnológica; e pela expansão dos investimentos diretos no exterior, cujo caráter distributivo é extremamente desigual, conforme vimos no item anterior. Desta forma,

[...] percebe-se a conformação de espaços regionais de divisão do trabalho, com dinâmicas diferenciadas quanto ao uso e remuneração da mão-de-obra [...], pois os países periféricos, no intuito de fornecer condições vantajosas às corporações transnacionais e seguindo os programas das

agências multilaterais (Banco Mundial e FMI), provocam o rebaixamento ainda maior do custo do trabalho (usando recursos públicos para qualificação da mão-de-obra, ampliando a jornada de trabalho e criando contratos de trabalho especiais) e a própria desregulamentação do mercado de trabalho (POCHMANN, 2001, p. 31).

Nesta lógica, segundo Mattoso (1999), os países que adotaram estratégias de inserção passiva e subordinada no mercado mundial pagam um duplo preço. Por um lado, se submetem aos novos mecanismos de extração do excedente por parte do grande capital internacional e, por outro, debilitam a produção e o próprio emprego nacional, ao colocar o trabalho em condições de desestruturação e anomalia intensas.

Esse comportamento, de algum modo, foi bastante influenciado pelo pensamento econômico dominante que sentenciou ao longo das duas últimas décadas do século XX que as causas do desemprego derivavam do excesso de rigidez do mercado de trabalho. Para tanto, a solução para melhorar as condições de trabalho e ampliar os níveis de emprego, passava pela adoção de políticas liberalizantes que estimulassem os investimentos e acelerassem o crescimento econômico. Para isso, a flexibilidade dos mercados de trabalho era uma regra importante no âmbito do receituário neoliberal.

Principais indicadores e tendências do mercado de trabalho mundial

A tabela 1 apresenta a evolução da estrutura ocupacional mundial, também dividida entre “centro” e “periferia do sistema”. Um primeiro aspecto a ser notado é a forte diferença

entre o centro e a periferia, em termos das ocupações no setor primário, ou seja, enquanto que na periferia a maioria das ocupações (55%) ainda é gerada neste setor, o mesmo é praticamente insignificante (5%) para o nível das ocupações no centro do sistema capitalista.

Um segundo aspecto a ser ressaltado é o enorme diferencial de ocupação no setor terciário entre o centro e a periferia. No centro houve uma ampliação de empresas com uso in-

tensivo de conhecimento, produzindo com valor adicionado por trabalhador em níveis mais elevados. É por essa razão que cerca de 72% das ocupações nas economias dos países centrais se localiza no setor terciário, que é menos globalizado e mais protegido que os setores industriais e agropecuários. Já na periferia esse setor tem uma participação bem menor nas ocupações, revelando que as mesmas ainda estão concentradas naqueles setores produtivos intensivos em mão-de-obra.

Tabela 1: Evolução da estrutura ocupacional entre os setores (em %)

Setores Econômicos	Mundo		Centro		Periferia	
	1950	1998	1950	1998	1950	1998
Primário	62,5	43,0	62,5	5,0	73,9	55,0
Secundário	15,8	16,0	30,8	23,0	9,4	15,0
Terciário	21,7	41,00	36,7	72,0	16,7	30,0

Fonte: adaptado de Pochmann (2001)

Essas informações parecem estar indicando que a nova Divisão Internacional do Trabalho tende a se polarizar entre a produção de manufatura, nos países da periferia, e a produção de bens industriais de última geração (mais sofisticados e com uso de tecnologias da informática e da telemática) e de serviços de apoio à produção, nas economias centrais do sistema capitalista.

Este cenário revela que

[...] enquanto os países ricos possuem apenas 30% das ocupações mais expostas à concorrência internacional (indústria e agropecuária), os países pobres têm 70% das ocupações concentradas nos setores primários e secundários, que são objeto de intensa competição mundial. Por conta disso, são justamente os trabalhadores dos países periféricos os que so-

frem mais diretamente os efeitos deletérios da globalização, decorrentes da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho, sem constrangimentos por parte das políticas macroeconômicas e sociais nacionais (POCHMANN, 2001, p. 34).

Sabe-se que uma das melhores formas de se ter acesso aos frutos do desenvolvimento econômico é através da manutenção de uma ocupação produtiva. Mas é justamente no limiar do século XXI, quando a globalização econômica sofre novos impulsos, que o problema da ocupação ganha maior relevância, tendo em vista a grande quantidade de mão-de-obra que se encontra ociosa e engordando as estatísticas da pobreza e da miséria, formas reveladas de exclusão social. Os dados da OIT sobre a População Economicamente Ativa no mundo, de 1999, revelam que dos 3 bilhões de pessoas, cerca

de 1 bilhão⁸ vivia com sua capacidade de trabalho subutilizada, ou em outras palavras, um em cada três trabalhadores se encontrava desempregado ou exercendo apenas atividades de sobrevivência (que é uma condição disfarçada de desemprego).

Hoje já é bem perceptível que os aumentos das taxas de desemprego mundiais são mais expressivos nos países não-desenvolvidos. De acordo com POCHMANN (2001), a taxa de desemprego aberto⁹ da PEA mundial em 1975 era de 2,3%, enquanto que para as nações desenvolvidas¹⁰ era de 4,04% e nas nações não-desenvolvidas era de 1,79%. Estes percentuais passaram, em 1999, para 5,5%, 6,18% e 5,35%, respectivamente. Com isso, nota-se que

[...] o desemprego aberto, embora seja uma expressão de grandeza mundial, encontra-se cada vez mais presente nas economias não-desenvolvidas. A maior evidência do desemprego aberto nos países pobres constitui uma novidade, pois até a década de 1980 eram justamente esses países que mais se caracterizavam por formas disfarçadas de desemprego e de subemprego – trabalho precário, autônomo não-remunerado ou sub-remunerado (POCHMANN, 2001, p.77).

Esse aspecto é corroborado quando são analisados os dados sobre a evolução da quantidade de desempregados no mundo no período entre 1975 e 1999. Os dados agregados revelam que os desempregados passaram de 37,8 milhões de pessoas, em 1975, para 138 milhões de pessoas, em 1999, indicando um aumento de 3.65 vezes no volume de desempregados. Para os países desenvolvidos, esse aumento foi de 1.85 vezes, pois os desempregados passaram de 15,4 milhões,

em 1975, para 28,5 milhões, em 1999. Da mesma forma, os dados das nações não-desenvolvidas são 22,3 milhões e 109,5 milhões de pessoas, indicando que nestes países o volume de desempregados aumentou 4.9 vezes. Essas informações confirmam que a participação, tanto absoluta como relativa, dos países não-desenvolvidos na geração de mão-de-obra excedente tem sido crescente.

A tabela 2 apresenta a evolução da composição do desemprego por setor de atividade econômica nas

duas últimas décadas do século XX. De um modo geral, verifica-se que o setor terciário (serviços e comércio) é quem mais tem contribuído para a evolução do desemprego mundial. Nos países desenvolvidos o desemprego concentra-se no setor terciário, enquanto que nos países não-desenvolvidos a distribuição é mais homogênea, com grandes participações dos setores primário e secundário na geração de desemprego.

Tabela 2: Evolução do desemprego por setor econômico (em %)

Setores Econômicos	Mundo		Países Desenvolv.		Países não-desenv.	
	1980	1998	1980	1998	1980	1998
Primário	11,8	14,5	4,2	4,3	16,0	17,5
Secundário	32,4	29,6	35,2	24,8	30,8	31,0
Terciário	55,8	55,9	60,6	70,9	53,2	51,5

Fonte: adaptado de Pochmann (2001)

As informações anteriores mostram a dimensão que o “mundo do trabalho” passou a ter no cenário mundial, marcado no limiar do século XXI, por um aprofundamento do processo de globalização econômica. Assim, os temas do emprego/desemprego, bem como os diferenciais de rendas, ganham uma visibilidade cada vez maior nas diferentes sociedades. Mas é, sem sombras de dúvidas, entre as nações não-desenvolvidas que eles têm um apelo maior, tendo em vista que

[...] na tentativa de superar as condições de periferia do dinamismo mundial, estes países transformaram-se numa grande feira internacional de concorrência pelo oferecimento de mão-de-obra a custos decrescentes (POCHMANN, 2001, p.81).

2.2 Ampliação da riqueza versus expansão da pobreza mundial: o paradoxo da globalização econômica

De uma maneira geral, pode-se caracterizar a pobreza como sendo resultado de processos econômicos, políticos e sociais que se relacionam entre si e que, muitas vezes, reforçam-se, exacerbando as condições de privação em que os pobres se encontram. Assim, a escassez de bens, de trabalho e a falta de acesso aos mercados de bens e serviços (saúde, educação, alimentação, habitação e saneamento) mantêm as pessoas em um estado de pobreza material que as impede de levar o tipo de vida considerado adequado por todos.

Além disso, há outras dimensões da pobreza quase sempre esquecidas. Den-

tre elas destacam-se o tratamento dispensado pelas instituições do Estado, onde normalmente os pobres não recebem os benefícios dos investimentos em áreas essenciais; os efeitos nocivos das crises econômicas e políticas, onde os pobres passam a ser vítimas da corrupção e da distribuição desigual do poder político e econômico; as normas, valores e práticas sociais que levam à exclusão de mulheres, grupos étnicos, raças e credos religiosos; e acontecimentos externos (catástrofes naturais, epidemias, etc.). Todos esses elementos contribuem para aumentar o mal-estar dos pobres, exacerbando sua condição de pobreza material e enfraquecendo seu poder de barganha junto aos demais setores das sociedades, conduzindo a uma situação em que não conseguem sequer tomar decisões que dizem respeito à sua vida particular.

No início do século XXI, nota-se que o mundo assiste a uma grande contradição: há muita pobreza em meio à abundância. Informações de instituições e organismos internacionais revelam que a quinta parte mais rica de todos os países comanda 85% do PIB mundial; seus habitantes controlam 84% do comércio internacional e detêm 85% de todas as poupanças internas. Essas cifras ajudaram a duplicar, nas últimas décadas, a distância entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre da população mundial. Com isso, segundo Martin e Schumann (1999), chegamos à encruzilhada de dimensões globais, que se caracteriza, para a maioria da humanidade, não por um cotidiano de ascensão e de bem-estar, mas de decadência, de destruição e de degeneração cultural, o que pode ser interpretado como uma diretriz para o “salve-se quem puder”.

Assim,

[...] essa nova ordem financeira internacional é nutrida pela pobreza humana e pela destruição do meio ambiente. Ela gera o apartheid social, estimula o racismo e os

conflitos étnicos, solapa os direitos das mulheres e, freqüentemente, precipita países em confrontos destrutivos entre nacionalidades. Além disso, as reformas estruturais – visto que são aplicadas simultaneamente em mais de cem países – levam a uma globalização da pobreza, processo que aniquila a subsistência humana e destrói as sociedades no Sul, Norte e Leste (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 27).

A contradição comentada anteriormente também pode ser analisada através da evolução da distribuição da renda mundial, conforme a tabela 3. Em primeiro lugar, observa-se a perversa distribuição dos rendimentos globais, uma vez que os países, com menos de 15% da população do planeta, detêm mais de 78% de toda a riqueza gerada no mundo. Enquanto isso, os países pobres, com mais de 85% da população, detêm menos de 22% da renda mundial. Já em termos da renda *per capita* entre países ricos e países pobres, nota-se que ela é cerca de 21 vezes maior nos primeiros, comparativamente aos países pobres.

Tabela 3: Distribuição da Renda Mundial em 1993

Localidades	População*	% da Pop. Mundial	Renda Per Capita (US\$)	Renda Total (US\$ bi)	% Renda Mundial
Renda 3º Mundo	3.077,8	56,0	379	1.165,5	4,9
África Subsaariana	599,0	10,9	520	311,5	1,3
Ásia Meridional	1.194,4	21,7	310	370,3	1,5
China	1.178,4	21,4	490	577,4	1,4
Renda Média 3º Mundo	1.218,9	22,2	2.397	2.921,7	12,2
Total 3º Mundo	4.296,7	78,1	951	4.088,6	17,1
Leste Europeu e ex-Urss	392,3	7,1	2.655	1.045,5	4,4
Total de países pobres**	4.689,0	85,2	1.095,0	5.133,7	21,5
Países da OCDE***	812,2	14,7	22.924	18.618,9	77,9
Total de países Ricos	812,4	14,8	23.090	18.758,3	78,5
Total Mundial	5.501,5	100,0	4.343,0	23.892,0	100,0

Fonte: Banco Mundial (1995)

Notas: * Em milhões de pessoas

**Países pobres refere-se a soma do 3º Mundo, do Leste Europeu e da ex-URSS

*** Excluídos a Islândia, México e Turquia

As disparidades na distribuição da renda entre os países têm contribuído decisivamente para o agravamento da pobreza mundial. Nessa lógica,

a globalização da pobreza endossa o desenvolvimento

da economia de exportação baseada na mão-de-obra barata em escala mundial. As possibilidades de produção são imensas, dada a massa de trabalhadores empobrecidos e baratos em todas as partes

do mundo, criando-se um contraste: os países pobres não negociam entre si; um povo pobre não constitui um mercado para os bens que produz. A demanda de consumo está limitada a aproximadamente 15% da população mundial e amplamente concentrada nos países ricos da OCDE. Nesse sistema, e contrariamente à famosa máxima do economista francês Jean-Baptiste Say, a oferta não cria a sua própria demanda. Ao contrário, pobreza significa 'baixo custo de produção': ela é um 'item' da economia baseada na mão-de-obra barata (pelo lado da oferta) (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 66).

3 Considerações finais

Ao longo deste ensaio vimos que a globalização, em sua vertente econômica, tende a padronizar os sistemas produtivos, financeiros, políticos, sociais e culturais, sob a égide do grande capital financeiro internacional, que mantém seu poder ilimitado assentado nos valores políticos neoliberais.

Assim, o limiar do século XXI está profundamente marcado por uma nova ordem econômica mundial, ancorada nos pressupostos e leis do “livre-mercado”, tendo a desregulamentação dos mercados financeiros e a liberalização do comércio mundial como principais protagonistas. Com isso, o sistema capitalista não encontra mais limites no seu processo constante de acumulação e geração de novas riquezas, o que conduz a um duplo caminho: por um lado, essa riqueza concentra-se cada vez mais em um pequeno número de países e regiões e, por outro, eleva-se brutalmente o número de pessoas em todas as partes do planeta que ficam à margem dos benefícios que essa nova fase do desenvolvimento do capitalis-

mo poderia propiciar. Decorre daí o grande destaque que vem sendo dado aos temas da exclusão social nos últimos períodos.

No campo restrito da economia, esse movimento de padronização dos sistemas produtivos é determinado, fundamentalmente, pelo processo de inovação técnica – anteriormente definida como a terceira revolução tecnológica – que se concentra no desenvolvimento e difusão de tecnologias nas áreas da informática, robótica e telemática, garantindo um poder extraordinário às empresas e/ou países que dominam essas novas tecnologias de produção; pela forte expansão das empresas transnacionais que, operando nos mercados mundiais, determinam novas formas de gestão de produtos e processos, com impactos diretos sobre a dinâmica do mercado de trabalho global; e pelas estratégias de investimentos diretos das grandes corporações internacionais que, na ausência de regulação do sistema monetário e financeiro internacional, realizam uma interpenetração patrimonial, em grande parte, movida por movimentos especulativos na esfera dos mercados de capitais.

Esse processo provoca efeitos diretos sobre as demais esferas das sociedades contemporâneas. No campo político, dois aspectos ganham relevância. Por um lado, o jogo de poder entre as nações está sendo fortemente afetado pelos novos impulsos da “globalização”, mesmo com a expansão de inúmeros programas de cooperação entre países em diversas áreas. Esse fato fica bem visível quando são analisados os resultados das negociações realizadas em fóruns internacionais, onde quase sempre prevalecem os interesses de um pequeno número de países que controlam a riqueza mundial. As últimas rodadas de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC) explicitam bem o jogo desigual de poder entre os países, podendo ser considerada como mais uma etapa do processo de **fragmentação** das relações internacionais.

Por outro lado, o papel dos Estados Nacionais vem sendo constantemente reformulado e questionado, sendo que, para muitos analistas, ele foi fortemente enfraquecido diante da globalização econômica. Essa fraqueza, em parte, deriva de sua incapacidade, tanto institucional como regulatória, de comandar os processos econômicos nacionais. Mas está, também, relacionada ao alinhamento acrítico da maioria dos governantes à ortodoxia neoliberal que, nas suas formulações mais recentes, vê o “Estado” como um impeditivo ao desenvolvimento econômico e político das sociedades.

Além disso, a associação dos Estados aos interesses econômicos e políticos do grande capital privado, que circula livremente no mercado mundial, gera crises de representatividade política e de confiança nas instituições democráticas, ao mesmo tempo em que os interesses das sociedades passam a ser tratados secundariamente.

Com isso, criam-se vazios políticos que são ocupados por organizações e instituições de toda a ordem, destacando-se o caso das agências multilaterais internacionais, cujas políticas e ações nem sempre condizem com a realidade e com as aspirações nacionais.

É no campo social, entretanto, que os efeitos da globalização econômica

tornam-se mais visíveis, recolocando com maior vigor as questões da exclusão e/ou inclusão social, aqui pensadas não somente em termos de indivíduos, mas de países e de espaços geográficos de produção e de reprodução da vida.

Neste sentido, torna-se imperativo reconhecer que a globalização está dando origem a uma nova Divisão Internacional, cuja vertente mais explícita é a divisão do mundo entre nações e povos que se beneficiam dos resultados desse processo e aqueles que estão sendo colocados à margem pelo mesmo.

Essa dicotomia se expressa de várias formas e pode ser percebida em diferentes setores econômicos e esferas da vida social. No âmbito do mundo trabalho, como vimos anteriormente, está em curso uma nova divisão internacional do trabalho, com impactos diretos sobre o volume de emprego e sobre os níveis de desemprego. Assim, como diz Castel (1998), a grande transformação dos últimos anos – que o autor denomina de “metamorfoses do trabalho” – é que em lugar de um conjunto de assalariados protegidos, há cada vez mais assalariados fragilizados e ameaçados pelo desemprego. Há cada vez menos assalariados com garantia de permanecer no emprego e de poder construir, a partir de sua condição de assalariado, um futuro garantido e digno.

O temor pelo desemprego pode ser explicado através de dois vetores básicos. Por um lado, o tema da flexibilização das relações trabalhistas, presente no discurso dominante, tem apresentado resultados opostos aos pronunciados, ou seja, com a adoção de regras de flexibilização dos mercados de trabalho seriam gerados novos empregos. No entanto, em muitos países e regiões, após a adoção da desregulamentação do mercado de trabalho e das próprias relações trabalhistas, assistiu-se a uma expansão do desemprego, deterioração dos níveis salariais e aumento do empre-

go informal, bem como a um rompimento de conquistas sociais que foram obtidas através de lutas históricas dos trabalhadores.

Por outro lado, tornou-se voz corrente entre os empregadores o desejo de manter empregado e com garantias apenas um pequeno número de trabalhadores, sendo que os demais poderiam ser contratados e dispensados, sem qualquer direito trabalhista e proteção social, ao sabor da evolução das atividades econômicas ou de acordo com o nível do humor dos empresários. Desta forma, a maior liberdade patronal para utilizar a mão-de-obra, embutida nos discursos da flexibilização, na verdade se traduz numa volta ao passado, em que as relações entre o capital e o trabalho sempre foram prejudiciais aos trabalhadores.

Assim, fica evidente que os sistemas econômicos e políticos aprofundam a marginalização, dando, inclusive, um caráter estrutural à exclusão social. Neste caso, vemos que o discurso da flexibilidade, como condição para a elevação da competitividade e produtividade das empresas, não se traduz em aumentos proporcionais nos níveis de ocupação dos trabalhadores, que continuam sendo expulsos de seus postos de trabalho. De algum modo, isso também afeta os trabalhadores que permanecem empregados, uma vez que a massa de mão-de-obra excluída pressiona o mercado no sentido de rebaixar os salários globais.

São precisamente esses aspectos oriundos da nova divisão internacional do trabalho que fazem a conexão com o tema da pobreza, naquilo que Chossudovsky (1999) classificou como a “globalização da pobreza”, uma vez que neste cenário de *apartheid* social, o desenvolvimento econômico se fundamenta crescentemente no uso de mão-de-obra barata, sobretudo daquela originária dos países pobres.

Recebido em 26.02.2004. aprovado em 31.03.2004.

Referências

- ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo: Scritta, 1997.
- BELLUZZO, L.G.M. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados. *Economia e Sociedade*, nº 4, p.11-20, 1995.
- CASTEL, R. As metamorfoses do trabalho. In: Fiori, J. L. (Org.). *Globalização, o fato e o mito*. Rio de Janeiro: Editora UERJ, 1998, 239 p.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã Editora, 1996.
- CHOSSUDOVSKY, M. *A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- CONCEIÇÃO TAVARES, M. C. *(Des)Ajuste global e modernização conservadora*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- COUTINHO, L. Notas sobre a natureza da globalização. *Economia e Sociedade*, n. 4, p. 21-26, 1995.
- FIORI, J. L. *A globalização e a novíssima dependência*. Rio de Janeiro: IE/UFRJ (Texto para Discussão nº 343), 1995.
- _____. *Os moedeiros falsos*. Petrópolis (RJ): Editora Vozes, 1998.
- IANNI, O. *Teorias da globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- MARTIN, H.; SCHUMANN, H. *A armadilha da globalização: o assalto à democracia e ao bem-estar social*. São Paulo: Globo, 1999.
- MATTEI, L. A era da globalização econômica e do neoliberalismo. *Revista de Ciências Humanas*, v. 3, n. 1, p. 07-22, 1997.
- MATTOSO, J. *O Brasil desempregado*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. *Informe sobre el empleo en el mundo, 1998-1999*. Genebra: OIT, 1998.

POCHMANN, M. *O emprego na globalização*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001.

WORLD BANK. *Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001: luta contra a pobreza*. Washington DC: World Bank, 2001.

Notas

- 1 Até 1971 a economia norte-americana funcionava como “reguladora” do sistema capitalista, ao garantir a paridade do dólar a uma faixa fixa com o ouro. Por problemas internos (déficit no balanço de pagamentos), os EUA, não sendo mais capazes de sustentar o dólar como moeda-padrão, desvalorizaram a moeda e suspenderam a conversibilidade.
- 2 Uma análise detalhada do caráter desses ajustes encontra-se em Conceição Tavares (1993).
- 3 As vantagens comparativas baseadas em fatores naturais (abundância de matérias-primas e disponibilidade de mão-de-obra barata) têm sua importância cada vez mais reduzida, uma vez que a posição competitiva de um país nos mercados mundiais é determinada mais pelo uso do conhecimento e da tecnologia e pelo nível de qualificação de seus recursos humanos.
- 4 Na literatura a denominação “transnacional” diferencia-se de “multinacional” pelas estruturas, apesar de possuir produtos e serviços similares. A multinacional é uma empresa nacional com subsidiárias em outros países, atuando com um certo grau de autonomia e usando insumos e mão-de-obra locais. Já no caso das transnacionais as máquinas e equipamentos, planejamento e pesquisa, preços, financiamentos, marketing e administração são concebidos levando-se em conta uma estratégia de intervenção nos mercados mundiais de forma integrada.
- 5 A livre movimentação de capitais traduz-se em um risco potencial, uma vez que o capital, desvinculado da esfera produtiva e motivado apenas pela busca da autovalorização, provoca sérios danos às economias periféricas e dele dependentes, podendo levar o sistema a uma instabilidade generalizada.
- 6 Algumas informações disponíveis revelam que o comércio intrafirma cresceu de 20% do comércio mundial, em 1980, para cerca de 33%, em 1994.
- 7 Segundo Pochmann (2001), a divisão internacional do trabalho tende a expressar diferentes fases da evolução histórica do capitalismo, inicialmente como relação dicotômica entre bens manufaturados e produtos primários, para, posteriormente, expressar uma relação entre produtos industriais de maior e de menor valor agregado e alto e baixo coeficientes tecnológicos e, mais recentemente, uma relação entre serviços de produção e bens manufaturados. Essas relações, que sustentam distintas divisões do trabalho, podem ocorrer simultaneamente no tempo entre nações do centro e da periferia.
- 8 Segundo a OIT, desse total, 150 milhões eram trabalhadores classificados na categoria de “desemprego aberto”.
- 9 Em uma população excedente, a parte mais visível é identificada pelo “desemprego aberto” e a parte menos visível é representada pelo subemprego ou outras formas de sobrevivência. Assim, o emprego aberto corresponde à parcela de trabalhadores que procuram ativamente por algum tipo de ocupação, estando em condições de exercê-la imediatamente, mas sem desenvolver qualquer atividade produtiva.
- 10 Pochmann considerou como países desenvolvidos os EUA, Canadá, Japão, Austrália e a Europa Ocidental. As demais nações pesquisadas (141 países) foram consideradas como “países não-desenvolvidos”.

Lauro Mattei
mattei@cse.ufsc.br

Departamento de Ciências Econômicas
Centro Sócio-Econômico – UFSC
Campus Universitário Trindade
Forianópolis/SC